



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**COMUNICAÇÃO À NAÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI,
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA
COVID-19**

PEMBA, 23 DE SETEMBRO DE 2021

Moçambicanas e Moçambicanos;

Compatriotas!

Dirigimo-nos a vós, numa altura em que a pandemia da COVID-19 continua a dominar as atenções de muitos países do nosso planeta.

Hoje, decorridos cerca de 20 meses desde o relato dos primeiros casos da COVID-19 no mundo, a pandemia causada pelo novo coronavírus continua a afectar as nossas vidas.

Esta pandemia representa ainda uma séria ameaça à Saúde Pública e condiciona a nossa vida social e o funcionamento da economia dos países.

A nível global, a pandemia é actualmente dominada pela variante Delta.

Em relação ao número de casos, há uma estabilização no continente Europeu e redução nos continentes Americano (Sul e Norte), Africano e Asiático. No entanto, a Oceânia regista um aumento do número de casos.

Assim, no mundo, já foram cumulativamente registados cerca de **230 milhões de casos** e mais de **4,8 milhões de óbitos** devido à COVID-19. Só nos últimos 28 dias, foram notificados, em todo o mundo, cerca de **17 milhões** de casos e **260 mil mortes** por COVID-19.

O surgimento de variantes mais transmissíveis do novo coronavírus continua a desafiar os esforços globais e nacionais para travar a evolução da pandemia, agravando o seu impacto sanitário, social e económico.

Como resultado, testemunhámos que a terceira vaga da pandemia foi **mais grave** que as duas anteriores.

Ao nível do nosso continente, África, incluindo nos países vizinhos de Moçambique, atravessamos um período de redução progressiva, embora lenta no número de casos, internamentos e mortes devido à COVID-19.

No entanto, há países da nossa região da SADC que só recentemente entraram na terceira vaga e ainda registam um incremento no número de casos, internamentos e óbitos.

Compatriotas!

A evolução actual dos indicadores epidemiológicos no nosso país, revela que nas últimas quatro semanas, a taxa de positividade nacional reduziu de 16% para 7%, a taxa de ocupação de camas reduziu de 9% para 3%, e o número semanal de óbitos reduziu de 57 para 11.

No entanto, estes sinais que observamos estão longe de significar o fim da pandemia em Moçambique. Como tivemos ocasião de sublinhar na nossa última comunicação, esta evolução não é homogênea em todo o país. Nas províncias de **Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa**, apesar da redução progressiva da transmissão, as taxas de positividade são, ainda, **superiores a 10%.**

Este padrão heterogêneo da transmissão no nosso país, significa que o pico da terceira vaga vai variando de província para província, o que dificulta a tomada de medidas universais que se apliquem a todas as províncias de igual modo e ao mesmo tempo.

Esta é mais uma razão para que todos continuemos a cumprir as medidas de prevenção e combate à COVID-19, de forma consciente e responsável.

O quadro epidemiológico regressivo da pandemia que vivemos no país, resulta também da introdução de vacinas contra a COVID-19, o que trouxe uma nova e promissora ferramenta na prevenção da pandemia.

É neste sentido que, com vista a mitigar o impacto de futuras vagas da COVID-19, o nosso país está a implementar uma campanha de vacinação massiva contra a COVID-19.

Até ao presente momento, já foram completamente vacinadas cerca **de 1.7 milhão** de pessoas, correspondentes a **10%** da população **elegível** no nosso país.

Apesar da limitada disponibilidade de vacinas no mercado, os nossos esforços continuam e visam a vacinação nos próximos meses, isto é, de Outubro a Dezembro, de cidadãos com idade igual ou superior a 30 anos em todo o país, numa população estimada **de 7 milhões** de pessoas.

Nesta ocasião, queremos congratular aos moçambicanos elegíveis que aderiram em massa ao programa de vacinação. Embora em número muito reduzido, notamos que algumas pessoas não regressaram para receber a segunda dose da vacina no dia marcado, ou definitivamente. Por isso, o nosso apelo é para que todos os que foram vacinados com a primeira dose, se dirijam ao posto de vacinação para receber a segunda dose no dia marcado ou o mais próximo possível dessa data.

Está cada vez provado que com a vacinação completa, estaremos mais protegidos contra as formas graves da COVID-19, e poderemos proteger os que nos rodeiam.

Compatriotas!

Feita esta avaliação dos últimos 30 dias, podemos concluir que, de forma geral, **o país atingiu o pico da terceira** vaga, embora não se avalie da mesma forma para todo o país, como nos referimos. Nas últimas semanas, assinalámos uma redução significativa e consistente em todos os indicadores epidemiológicos.

Assim, considerando que:

- i) Persiste a necessidade de continuarmos a consolidar os ganhos alcançados até ao presente momento;
- ii) É necessário cumprir com o princípio de gradualismo e proporcionalidade, equilibrando sempre a saúde e a economia;
- iii) É imperioso atrasar uma potencial quarta vaga;
- iv) O registo de redução consistente dos indicadores epidemiológicos por sete semanas seguidas permitiu a transição do nível 3 de alerta para o nível 2.

Ouvida a Comissão Técnico-Científica para a Prevenção e Resposta à Pandemia da COVID-19 e outras sensibilidades de interesse nacional, **o Governo decidiu:**

Manter as medidas do Decreto n.º 62/2021, de 27 de Agosto de 2021, por um período de 30 dias.

No entanto, observando que grande parte dos moçambicanos consentiram o sacrifício e interiorizaram que **“o nosso maior valor é a vida”**; acreditaram nas medidas de prevenção e combate à COVID-19; entenderam que este é o melhor caminho para evitar o colapso do Sistema Nacional de Saúde para salvar vidas e preservar a nossa economia.

Como forma de reconhecer o esforço colectivo e permitir que a componente da economia sacrificada possa se reactivar gradualmente, decidimos introduzir as seguintes **alterações correspondentes aos argumentos acima indicados:**

1. É autorizada a retoma do ensino pré-escolar em todo o território nacional.
2. É alargado o número de visitas aos cidadãos internados nos estabelecimentos hospitalares de uma para duas pessoas por dia, por cada doente.
3. É alargado o horário de funcionamento das barracas de venda de produtos alimentares das 6:00 horas às 18:00 horas, quando anteriormente encerravam às 17:00 horas.
4. É estendido o horário de encerramento dos *bottle stores* e outros locais de venda de bebidas alcoólicas que passam a fechar às 15:00 horas, quando anteriormente encerravam às 13:00 horas, permanecendo o horário de abertura às 9:00 horas. Aos Domingos, feriados e nos dias de tolerância de ponto, estes estabelecimentos permanecem encerrados.
5. É autorizada a abertura de teatros, cinemas, salas de jogo, centros culturais, auditórios e similares, não devendo exceder 30% da sua capacidade máxima.
6. É alargada a capacidade máxima do local, de 20% para 40%, nos museus, galerias e similares.
7. É autorizada a retoma dos treinos das equipas de alta competição e de formação dos campeonatos provinciais.

8. É aumentada a capacidade máxima de lotação dos ginásios das Classes Polivalentes e de Grande Dimensão de 25% para 30%, e dos ginásios de Classe de Média Dimensão de 10% para 20%.
9. É autorizada a abertura dos ginásios de Pequena Dimensão, não devendo estes exceder 20% da sua lotação máxima.
10. É autorizada a abertura de piscinas públicas, não devendo estas exceder a lotação de 20% da sua capacidade máxima. À semelhança dos estabelecimentos comerciais e de restauração, nas piscinas públicas é obrigatória a definição da capacidade máxima e a sua respectiva afixação em locais bem visíveis, sendo que os gestores são responsáveis pelo seu cumprimento.
11. É autorizada a abertura dos locais de culto, conferências e celebrações religiosas, em todo o território nacional, cujo número de participantes não deve exceder 50 e 100 pessoas em locais fechados e abertos, respectivamente, não devendo exceder a lotação de 30% da sua capacidade máxima.
12. A realização de reuniões em instituições públicas e privadas passa a ter o máximo de 50 pessoas em espaços fechados, quando anteriormente era de 25. As reuniões destas instituições públicas e privadas que decorram em espaços abertos passam a ter um número máximo de 100 pessoas, quando antes era de 50 pessoas. Em ambos os espaços, fechados ou abertos, a lotação não deve exceder 30% da capacidade do local.
13. As reuniões ou eventos do Estado deverão ocorrer, desde que devidamente justificadas, e o número de participantes não deve exceder 100 pessoas.
14. Excepcionalmente, em situações devidamente fundamentadas e após prévia avaliação pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, poderá ser autorizada a realização de reuniões ou eventos do Estado, com um número de participantes não superior a 300 pessoas.
15. É autorizada a realização de **eventos sociais privados**, cujo número de participantes não deve exceder 30 e 50 pessoas em locais fechados e abertos, respectivamente, não devendo exceder a lotação de 30% da capacidade máxima do local.

16. Enquanto vigorar a Situação de Calamidade Pública, mantém-se suspensa, a realização presencial do cadastro electrónico e a prova de vida (biométrica) dos funcionários do Estado.
17. É autorizada a frequência às praias como local de recreação para banhistas até às 17 horas, sendo interdita a venda ou consumo de bebidas alcoólicas, realização de jogos recreativos e os aglomerados.
18. É alargada a permissão do número de visitas a estabelecimentos prisionais para duas pessoas por mês, por cada recluso, quando anteriormente era apenas de uma pessoa.
19. É alargado o horário do recolher obrigatório das 23 horas às 04 horas, na cidade de Maputo, nas capitais provinciais e vilas autárquicas, em todo o território nacional, quando anteriormente era 22 horas.
20. Os serviços de restauração, take away e serviços de entrega ao domicílio devem funcionar em estreita observância das medidas de prevenção e combate à pandemia da COVID-19, sendo permitida a sua abertura a partir das 06 horas e encerramento às 21 horas, quando anteriormente encerravam às 20 horas, e finalmente;
21. É autorizada a presença de espectadores nos jogos dos campeonatos nacionais de todas as modalidades, não devendo exceder a 25% da lotação máxima do campo.

Todas estas medidas devem ser aplicadas em estrita observância do protocolo sanitário para a prevenção e combate à COVID-19 e considerando o contexto geográfico específico onde serão implementadas.

As instituições e os sectores de supervisão directa, devem produzir tabelas de indicadores reais para cada caso em função das percentagens definidas para cada medida.

As medidas agora enunciadas entram em vigor a partir das Zero Horas, do dia 25 de Setembro de 2021.

Moçambicanas e Moçambicanos;

Caras e Caros Compatriotas;

Estimados Residentes em Moçambique!

As medidas de alívio que acabámos de anunciar ainda impõem um funcionamento condicionado de vários sectores e têm como objectivo alcançar o equilíbrio entre a vida social, a economia e a saúde pública.

Esta abordagem baseada em gradualismo visa a consolidação dos ganhos até agora alcançados.

Temos a consciência de que o mau entendimento desta nossa ponderação pode ser fatal e motivo para atirar culpas a qualquer que seja. O argumento de indicadores de monitoria, certamente poderá condicionar o modo como iremos celebrar a quadra festiva que se avizinha.

Moçambicanas e Moçambicanos!

Ainda nos ressentimos do sofrimento e luto que a terceira vaga causou às famílias moçambicanas. Temos presente na nossa memória o impacto da terceira vaga da pandemia da COVID-19 em Moçambique, que resultou num número de casos, internamentos e mortes superior ao somatório das duas primeiras vagas. Isto é, enquanto o total da primeira e segunda vagas foi de **696 óbitos**, apenas na terceira, o total de **óbitos foi de 1065**.

Importa referir que havendo sectores, espaços territoriais ou outras sensibilidades que não observarem as medidas tomadas ou que se registem mais casos de contaminação, o Governo poderá tomar a medida de suspensão directamente na área abrangida.

É, por isso, fundamental que todas as forças vivas da sociedade colaborem na adopção do “Novo Normal” no nosso país. Este “Novo Normal” exige que cada cidadão cumpra a missão de se abster de comportamentos que contribuam para a transmissão do novo coronavírus.

Preocupa-nos o comportamento de alguns jovens que um pouco por todo o país, principalmente nas Cidades da Beira e de Maputo e noutras cidades capitais, continuam a fazer festas clandestinas ou, como eles designam, “programas sociais”, sem tomar as precauções necessárias, perigando a vida de todo um povo. Para estes desobedientes, medidas rigorosas serão tomadas.

Cada um de nós deve apelar à sua consciência! É nosso dever adoptar comportamentos responsáveis que impeçam a propagação do coronavírus! É nossa missão, individual e colectiva, independentemente da faixa etária, proteger os mais vulneráveis, incluindo os idosos, os doentes crónicos e as crianças.

A adopção de uma postura positiva em relação à prevenção da COVID-19 evitará a reaceleração precoce da transmissão e permitirá manter a nossa vida desconfinada por períodos mais longos.

Compatriotas!

A jornada é longa. Não queremos o regresso ao passado recente, como o da terceira vaga. É nossa obrigação lutar contra qualquer tentativa de regresso aos níveis do passado. Só atingiremos esse objectivo se cada um de nós fizer a sua parte!

(i) Mais uma vez, exortamos a todos para aderirem ao programa de vacinação, quando forem contemplados, tomando a dose completa, pois cada dia se prova que as vacinas são efectivas.

(ii) Ninguém se deve considerar salvo, até que todos estejamos.

Vamos todos fazer cumprir o nosso lema de *Vacinar Sim, Prevenir Sempre*.

Muito Obrigado pela atenção dispensada!